



FE

A minha terra está na tua



TEXTO
CATARINA MALDONADO
VASCONCELOS



ANA BAÍÃO

A autodeterminação, por si só, não pode resolver definitivamente os litígios de soberania, sobretudo quando entra em conflito com a geografia e com outro princípio fundamental do direito internacional: a integridade territorial. Em Olivença, em Gibraltar, em Melilha e em Ceuta, as disputas tornaram-se política e socialmente latentes

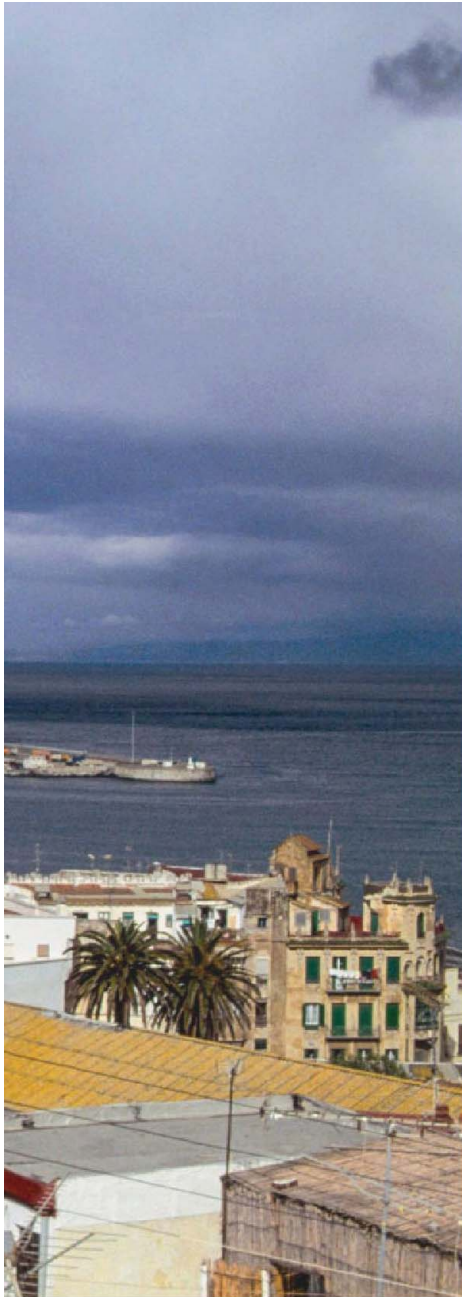


H

á guerras que duram séculos, e perguntas que duram como se fossem guerras. Algumas simples como duas palavras: e se? Vários casos de disputas de território por resolver resultam de guerras de conquista numa época em que quem ocupava um território podia simplesmente anexá-lo. Um desses casos, território espanhol contestado em Portugal, está na zona raiana, a 244 km de Lisboa e a 436 km de Madrid. Exercer soberania portuguesa em Olivença significaria muito mais do que corrigir uma fronteira no mapa. Implicaria aplicar o código tributário de Lisboa, pôr as forças de segurança nacionais a garantir a ordem, entregar a gestão do território a portugueses, integrar a terra na Associação Nacional de Municípios, fazê-la seguir o calendário legal português e reconhecer

como chefe de Estado o Presidente da República, e não o rei de Espanha.

Rui Carrilho, presidente do Grupo dos Amigos de Olivença, rejeita que o assunto por resolver entre Portugal e Espanha seja um detalhe diplomático ou uma questão menor. É, na opinião do ativista político, uma questão de autodeterminação portuguesa. Os mapas que conhecemos estão também errados; são um “erro crasso”, avalia Rui Carrilho. “Os manuais escolares também, erradamente, já não exploram muito a questão. Também não explicam aos estudantes a Guerra das Laranjas e a questão do direito. E, se for ao Google Maps, em Portugal ou em Espanha, a Olivença está como território espanhol.” São batalhas a travar, proclama o representante do Grupo dos Amigos de Olivença.



CEUTA Vista da cidade na costa de Marrocos. Madrid defende que Ceuta e Melilha "são cidades europeias livres, espanholas antes mesmo de existir o atual Reino de Marrocos", diz Bruno Cardoso Reis

Olivença, reposta ao território português pelo Congresso de Viena, em 1815 (após Espanha a ter conquistado, em 1801, durante a chamada Guerra das Laranjas, anexado e a mantido na província de Badajoz), é "um território riquíssimo", na margem esquerda do rio Guadiana, e, portanto, "muito produtivo, com um património, de igrejas e de monumentos, que é nosso", caracteriza o presidente do Grupo dos Amigos de Olivença.

"O Tratado de Viena de 1815 é claro sobre a devolução de Olivença a Portugal, pois a sua ocupação resultou das guerras napoleónicas, da chamada Guerra das Laranjas em que Espanha, aliada a França, atacou Portugal, em 1801", explica Bruno Cardoso Reis, historiador, investigador no Centro de Estudos Internacionais do ISCTE e comentador da SIC. "Espanha alegou, nos anos seguintes, que Portugal também tinha ocupado território espanhol, do que é hoje o Uruguai, e o devia devolver, embora na época todos estes territórios já estivessem em revolta independentista."

Para Portugal, então unido ao Brasil, o Uruguai era um território mais vasto e importante. Mais do que isso, reaviva o perito Bruno Cardoso Reis, "a partir de 1822, [a 'devolução' do Uruguai] deixou de poder acontecer com a independência do Brasil, e, depois, do próprio Uruguai". Se não é verdade que Portugal tenha formalmente desistido da questão, o tempo também tem confirmado que Lisboa "nunca fez muita questão de Olivença", contextualiza o investigador do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE. "Nas convenções de delimitação de fronteiras de 1864 e até hoje na chamada Comissão Internacional de Limites Luso-Espanhola, o lado português sempre recusou reconhecer essa nova fronteira. Por outro lado, há a noção de que a população de Olivença não mostra interesse em voltar a ser portuguesa."

PARA CADA QUESTÃO, UM ARGUMENTO

Heriberto Cairo, professor catedrático de Geografia Política na Universidad Complutense de Madrid, tem focado a sua investigação na questão de Olivença: "Neste momento, o que concluímos é que há potencial para uma evolução da população para uma situação de dupla cidadania, de que usufrui já hoje uma parte importante das pessoas. Isto significa que existem soluções locais mais eficazes do que as dos Estados."

Gerações e gerações têm partilhado uma identidade dual (sob a forma de dupla nacionalidade) e uma realidade no terreno que não rejeita definitivamente nem Portugal nem Espanha. No entanto, a tradição pode esconder questões mais fundamentais, alerta Rui Carrilho: "Os Estados não vivem na nuvem, os Estados têm de ter território." Qualquer Estado tem interesse em ter território e população, para ganhar massa crítica, para gerar riqueza, e,

segundo Rui Carrilho, também "para ter mais falantes da sua língua, para exponenciar mais a sua cultura". A pertença, no papel, de Olivença a Portugal deixou praticamente de ser invocada, a não ser quando, em setembro de 2024, o ministro da Defesa português, Nuno Melo, afirmou que o município pertence legitimamente a Portugal por tratado. Portugal não reconhece oficialmente a soberania espanhola, pelo que, embora esta não seja uma disputa perigosa, permanece latente, independentemente da realidade quotidiana na região. "Eu espero que os nossos políticos tenham maturidade e inteligência suficiente para não deixarem que isto descambe para uma questão nacionalista, porque era a pior coisa que nos podia acontecer, a nós, que queremos resolvermos a questão", aconselha Rui Carrilho.

As disputas territoriais importam muito menos quando existem fronteiras livres e integração económica, mas a História mostra-nos que as disputas territoriais tendem a eclodir consoante um contexto geopolítico mais vasto. A título de exemplo, no final do século XIX e início do século XX, a disputa de Gibraltar não era particularmente acesa, mas emergiu após a Guerra Civil Espanhola, quando Francisco Franco a tornou um pilar fundamental da sua política externa.

Num momento em que se agravam as relações entre os Estados Unidos e alguns dos seus aliados tradicionais, como a Alemanha, o Reino Unido e Espanha, a divulgação de um memorando interno do Pentágono mostrou que foram equacionadas várias sugestões de punir aliados da NATO por não terem apoiado a guerra dos EUA contra o Irão. Entre a ameaça de suspensão de Espanha da aliança à revisão da posição norte-americana sobre a reivindicação britânica das Ilhas Malvinas, pode o Governo norte-americano pressionar parceiros europeus considerados desobedientes? Ou trata-se apenas de retórica exagerada?

Donald Trump poderia retaliar após as posições tomadas por Pedro Sánchez (oposição à utilização de bases em território espanhol para a logística do conflito e entaves à meta de 5% do PIB dedicado à defesa), reconhecendo Ceuta e Melilha como marroquinas? "Parece-me improvável que vá além das publicações ocasionais nas redes sociais; é que, se isso avançasse, significaria comprar uma rutura com Espanha", confessa Bruno Cardoso Reis, investigador no Centro de Estudos Internacionais do ISCTE e comentador da SIC. Nesse caso, poderia ser expectável que Madrid simplesmente acabasse com a presença militar dos EUA em Espanha, que "são uma enorme mais-valia para a rede de projeção de poder militar norte-americana", esclarece Bruno Cardoso Reis, uma vez que passar as bases para Marrocos "não é assim tão simples". Mas é preciso esperar para ver: "Com Trump quase tudo é possível."

Exercer soberania portuguesa em Olivença implicaria aplicar o código tributário de Lisboa e reconhecer como chefe de Estado o Presidente, não o rei de Espanha

ID: 123049037

15-05-2026 | REVISTA E

Se Olivença parece ser hoje uma cidade fronteira normal, onde as antigas disputas se transformaram num património essencialmente simbólico, Gibraltar, Ceuta e Melilha representam transformações mais vastas da soberania, no contexto do controlo da mobilidade de pessoas e bens. São, de formas diferentes, enclaves (ou exclaves): Gibraltar tem sido historicamente um centro logístico, enquanto Ceuta e Melilha se tornaram mais significativas como fronteiras migratórias do que como disputas territoriais. Os três são pequenos enclaves costeiros fortificados, rodeados por um país estrangeiro, ou Marrocos ou Espanha. Ao mesmo tempo, Madrid mantém uma contradição evidente entre a posição em relação a Gibraltar e a Ceuta e Melilha, embora as duas últimas não estejam listadas como territórios não autónomos pelas Nações Unidas.

ESPAÑA UNIDA

Bruno Cardoso Reis propõe que há contradições sobretudo quanto à importância da vontade da população. “Em relação a Gibraltar a Espanha argumenta que a vontade dos gibraltinos não importa, visto que essa população é ela própria resultado da conquista e colonização britânica a partir de 1713, mas, no caso de Olivença, defende tacitamente que a vontade da população continuar a ser espanhola é que deve prevalecer, embora não tenha havido um referendo formal.” Já no caso de Ceuta e Melilha, Madrid defende que “são cidades europeias livres, com grande autonomia, espanholas antes mesmo de existir o atual Reino de Marrocos, e que terem populações muçulmanas é irrelevante.”

Na perspetiva dos Governos espanhóis, “tanto os conservadores como os socialistas, não há qualquer contradição”, assevera Heriberto Cairo. Assim, Gibraltar seria “um caso de colonização inglesa que data de uma época em que já existia Espanha”, enquanto Ceuta e Melilha “foram incorporadas no reino de Castela, precursor de Espanha, antes de existir Marrocos enquanto país”.

“Do ponto de vista de Marrocos, as suas reivindicações sobre Ceuta e Melilha baseiam-se também em argumentos históricos, de forma comparável às reivindicações de Espanha sobre Gibraltar”, compara Said Saddiki, professor de relações internacionais na Universidade Sidi Mohamed Ben Abdellah, de Fez. Outro ponto de divergência diz respeito ao papel da população local: Espanha rejeita a ideia de que o povo de Gibraltar possa determinar a soberania, enquanto Marrocos apresenta um argumento semelhante em relação a Ceuta e Melilha.

MARROCOS TEM QUESTÕES PENDENTES

Os árabes muçulmanos continuam a descrever Ceuta, um enclave de 18 km², como o ponto de

partida para a conquista muçulmana da Península Ibérica no século VIII. A ocupação posterior durou mais de 700 anos, e só terminou oficialmente com a queda de Granada. Tanto Ceuta como Melilha, ocupada em 1497 pelo duque de Medina Sidónio, são dois lembretes duros da humilhação sofrida no passado, quando as potências ocidentais cristãs principiavam o seu apogeu. Muitos acreditam que são ainda duas terras muçulmanas ocupadas, que terão eventualmente de ser tomadas aos espanhóis.

Durante a Reconquista, a campanha militar para expulsar os muçulmanos dos territórios ibéricos, Ceuta foi tomada dos seus habitantes pelos invasores portugueses, em 1415, e posteriormente transferida para Espanha, com o Tratado de Lisboa, em 1668. Melilha, ligeiramente mais pequena, com 12 km², sucumbiu à conquista espanhola em 1497. Pela mesma altura, Cristóvão Colombo “descobriu” a América, iniciando a colonização europeia da América do Norte e do Sul.

Após a partilha colonial de Marrocos com França e a retirada do Sara Ocidental, em 1975, Espanha manteve sob a sua soberania Ceuta e Melilha, territórios cuja natureza continua a ser objeto de disputa política com Marrocos. Embora historicamente tenham desempenhado funções militares e estratégicas, Madrid considera-os parte integrante do Estado, posição que remonta pelo menos ao Tratado de Lisboa de 1668, que formalizou a integração de Ceuta na Coroa espanhola.

Com a independência de Marrocos, em 1956, Rabat passou a reivindicar os enclaves. “Ceuta e Melilha podem ser interpretadas de diversas formas: como disputas territoriais, pontos críticos de migração, recordações simbólicas do império africano espanhol e pontos de tensão nas relações entre África e Europa”, elenca Klaus Dodds, professor de Geopolítica no Royal Holloway, da Universidade de Londres, com especialidade em soberania territorial. Além disso, “alimentam um Marrocos revanchista, que também opera no Sara Ocidental”, acrescenta o mesmo perito.

GIBRALTAR, UM PONTO ESTRANHO NO MAPA?

Gibraltar é diferente, porque foi cedido à Grã-Bretanha, pelo importante Tratado de Utrecht (1713), a título perpétuo. Em segundo lugar, desde 1946, está incluído pelas Nações Unidas numa lista de territórios não autónomos que aguardam descolonização. Há 17 territórios nesta lista, a maioria dos quais britânicos. Mas a Espanha contesta há muito o Tratado de 1713, e, “se o Reino Unido algum dia renunciar a Gibraltar, deverá oferecê-lo à Espanha em primeira instância”, considera Klaus Dodds. A Espanha não cedeu o istmo circundante (que liga a península a Espanha), nem as águas ou o espaço aéreo. E isso faz parte da disputa: um tratado assinado no século

XVIII tem um aspeto e um significado muito diferentes no século XXI.

Se uma reivindicação histórica de soberania for válida, dificilmente será invalidada pelo princípio da autodeterminação. Esse princípio não pode invalidar nada, porque todas as partes podem invocá-lo, afirmando diferentes identidades que desejam determinar a sua própria governação. Para Espanha, esta identidade inclui Gibraltar. Se Espanha pudesse demonstrar que possui uma reivindicação de soberania válida sobre Gibraltar, provavelmente a soberania territorial espanhola prevaleceria sobre qualquer desejo da população gibraltina de determinar o seu próprio futuro. O problema para a Espanha é que não possui uma reivindicação de soberania válida, pois cedeu Gibraltar em perpetuidade em 1713. “Existe algum debate sobre a extensão da cessão territorial — por exemplo, se abrange as águas e o istmo de Gibraltar —, mas fundamentalmente não há dúvida de que a Espanha transferiu o território para o Reino Unido há 300 anos”, esclarece Jamie Trinidad, investigador na Wolfson College, da Universidade de Cambridge, frequentemente contratado pelo Governo de Gibraltar para tratar de uma série de assuntos internacionais e constitucionais.

De acordo com Trinidad, a posição da ONU continua a ser relevante, ao fornecer uma estrutura internacionalmente reconhecida para a descolonização de territórios como Gibraltar. No entanto, esta estrutura está agora sob uma pressão considerável, e o desrespeito generalizado pelas normas e instituições internacionais abrange a esfera da descolonização. “O Sara Ocidental é o exemplo clássico de um caso em que um território não autónomo, cujo povo tem, sem dúvida, direito à autodeterminação, está a ser pressionado a aceitar um acordo que acomoda a histórica reivindicação de soberania territorial de Marrocos, que o Tribunal Internacional de Justiça considerou, em 1975, sem fundamento jurídico”, expõe o perito de direito internacional Jamie Trinidad.

A soberania partilhada foi discutida como uma possível solução para o diferendo de Gibraltar, mas foi rejeitada categoricamente pelos gibraltinos em 2002 (num referendo realizado em setembro de 1967, mais de 99% da população de Gibraltar votou pela permanência no Reino Unido e, noutro, em novembro de 2002, acima de 98% da população de Gibraltar rejeitou o próprio princípio da partilha de soberania entre o Reino Unido e a Espanha.) Joseph Garcia, número dois do Governo de Gibraltar, garante que a posição de Gibraltar é a de que a “descolonização” só pode ocorrer através do princípio da autodeterminação, segundo a qual o povo de Gibraltar determina livre e democraticamente o seu próprio futuro. “O princípio e o exercício da autodeterminação, no contexto da descolonização, são a regra fundamental do direito internacional e prevalecem

Gibraltar, Ceuta e Melilha são, de formas diferentes, enclaves (ou exclaves) costeiros fortificados, rodeados por um país estrangeiro, ou Marrocos ou Espanha

O Governo de Madrid está bem ciente das possíveis comparações entre Gibraltar e Ceuta e Melilha. Afirma que os casos são categoricamente diferentes

sobre tudo o resto”, estipula o líder do Partido Liberal de Gibraltar, que vê quatro opções disponíveis no âmbito do processo da ONU. A primeira é a independência, que “foi a opção escolhida pela maioria dos territórios da lista ao longo dos anos”, assinala García. A segunda é a livre associação, de que existem vários exemplos, como as Ilhas Cook com a Nova Zelândia e as Ilhas Marshall com os EUA. “A terceira opção é a integração, que os franceses, os neerlandeses e os espanhóis implementaram com os seus territórios ultramarinos, e a quarta opção prevê uma solução à medida das circunstâncias do território, escolhida livremente pelo povo em referendo.”

LONDRES DÁ PRIORIDADE AO SEU CONTENCIOSO

O Reino Unido e a Espanha, antes e depois do ‘Brexit’, têm procurado desenvolver regimes de circulação local que minimizem as disputas, sobretudo devido à interdependências entre as comunidades de ambos os lados da fronteira. Porém, no tratado da UE com o Reino Unido para 2026, o Reino Unido mantém que “nada afetará a soberania”, estabelecendo um “duplo bloqueio”, segundo o qual nenhuma alteração na soberania ocorre sem o consentimento explícito de Gibraltar. Caso contrário, a Espanha poderia interpretar a cooperação como um indicador de soberania conjunta.

O novo acordo pós-‘Brexit’ introduz, segundo o geógrafo e politólogo espanhol Xavier Ferrer-Gallardo, novas dinâmicas de cooperação e “algumas inovações, como a remoção da vedação e a presença da polícia espanhola em Gibraltar”, mas falar de soberania partilhada “é um pouco demais”.

“Há a complicação adicional da base militar, já que é pouco provável que o Reino Unido queira partilhar este ativo estratégico com Espanha”, aponta Trinidad. As Forças Armadas britânicas consideram Gibraltar bem localizada para observar as vias navegáveis através do estreito, e para dali dominar a entrada ocidental do Mediterrâneo em tempo de guerra. Os seus sistemas de comunicação, pistas de aterragem e descolagem e porto fazem também dela uma base importante para a NATO.

Madrid está bem ciente das possíveis comparações entre Gibraltar e Ceuta e Melilha. Afirma que os casos são categoricamente diferentes (porque Ceuta e Melilha são parte integrante de Espanha, enquanto Gibraltar é uma “colónia”). Mas, de acordo com Jamie Trinidad, “em privado, as autoridades espanholas sabem que, se Gibraltar se tornasse espanhol amanhã, Marrocos pressionaria imediatamente de forma mais agressiva sobre Ceuta e Melilha”. “Espanha não gosta desta comparação com Gibraltar e considera os dois enclaves como fazendo parte de Espanha e da UE [apesar de o Reino Unido ter deixado o bloco]”, afirma Klaus

Dodds, professor de Geopolítica no Royal Holloway, Universidade de Londres, com especialidade em soberania territorial.

O termo autodeterminação passou a estar associado ao Estado-nação moderno na época de Woodrow Wilson (Presidente dos Estados Unidos entre 1913 e 1921, mas a soberania globalista veio desafiar o monopólio da soberania territorial exercido pelos Estados-nação (que têm as suas próprias divisões internas, por exemplo, a Catalunha e o País Basco em Espanha). John Agnew, professor da Universidade da Califórnia (UCLA), na área da geografia política, vê a ONU ainda “muito presa à lógica wilsoniana da soberania, que fazia sentido no período de 1946 a 1990, mas hoje faz muito menos sentido”. A soberania territorial é, por isso, historicamente contingente.

ALONGA MEMÓRIA MARROQUINA (E NÃO SÓ)

A cooperação transfronteiriça não eliminou a soberania territorial nem o sentimento nacional. Além disso, o crescimento de sentimentos anti-UE em muitos países europeus veio confirmar que “as fronteiras territoriais continuam a ser não só símbolos de soberania, mas também uma componente fundamental do Estado-nação, mesmo no contexto de uma organização supranacional”, alerta Said Saddiki. Assim, mesmo que desde a incorporação dos países ibéricos na União Europeia as disputas territoriais tenham diminuído, os investigadores detetam sucessos de forças populistas que fizeram renascer as fronteiras (e, ocasionalmente, as disputas impulsionadas pelos países que reivindicam uma reversão dos acordos). “Marrocos, por vezes, tem recorrido a táticas híbridas — como usar vagas de migrantes ilegais — para pressionar Espanha”, vinca Bruno Cardoso Reis.

“Enquanto as igrejas forem visíveis em ambas as praças, não haverá dúvida de que fazem parte de Espanha; mas, se a população de origem magrebina aumentar, talvez a situação passe de ‘fazer parte de Espanha’ para ‘estarem sob o controlo espanhol’”, argumenta Antonio Remiro Brotóns, professor emérito na Universidade Autónoma de Madrid. Hoje, os enclaves espanhóis na costa norte-africana estão nas notícias “principalmente porque são pontos de entrada vulneráveis na jurisdição espanhola para imigrantes indocumentados”, observa também John Agnew, professor da Universidade da Califórnia (UCLA), onde dedica a sua investigação à geografia política e à urbanização europeia.

Os desafios da migração irregular passaram a ter maior peso na dinâmica das relações entre Marrocos e Espanha, com o país norte-africano a “não querer levar este caso a sério, mesmo apelando repetidamente à abertura de um diálogo com a Espanha sobre o futuro dos dois enclaves e de outras ilhas ainda

controladas pela Espanha dentro das águas territoriais marroquinas”, descreve Said Saddiki, professor da Universidade Sidi Mohamed Ben Abdellah, de Fez. Marrocos condena também, por vezes, quaisquer visitas ou iniciativas oficiais a Ceuta e Melilha, de forma a manter a questão viva e a não perder os seus direitos históricos devido à prescrição.

Por outro lado, o professor espanhol Antonio Remiro Brotóns entende que, com a integração na União Europeia, Portugal e Espanha são mais do que simples vizinhos; “são parceiros e parentes próximos”. Já não existem “fronteiras que se fecham à noite nem pontes que são destruídas, e Olivença é um ponto de encontro, não um conflito por resolver”, declara.

Nada é, ainda assim, tão definitivo como Remiro Brotóns coloca. “A História pode ser novamente mobilizada. Poderão algumas pessoas ressentir-se de um acordo territorial e mobilizar-se contra ele, sendo necessário um novo acordo para acomodar as novas exigências? Sim.” É Virginie Mamedouh, professora de geografia política e cultural da Universidade de Amesterdão, que o admite, sobretudo desde o reconhecimento espanhol, em 2022, das reivindicações marroquinas sobre o Sara Ocidental.

Existem hoje muitos outros enclaves pacificados, como Campione d’Italia, na Suíça, e Baarle-Nassau, caso da Bélgica e dos Países Baixos, mas também existem enclaves muito mais problemáticos, como Kaliningrado, a fronteira entre a Índia e o Bangladesh, ou o Vale de Fergana, do Usbequistão e Quirguistão. Não necessariamente obsoletas, as disputas ainda existem, formal e simbolicamente, mas a UE forneceu novas ferramentas e estruturas, como a cooperação transfronteiriça, cidadania da UE, mobilidade transfronteiriça de pessoas, serviços e bens, que, nota Xavier Ferrer-Gallardo, “diminuíram a amargura e as implicações de algumas destas disputas, tornando algumas delas meramente anedóticas na prática”.

Cada uma destas anomalias territoriais são resquícios da antiga ordem mundial colonial que persistiu no sistema baseado em regras do período pós-Segunda Guerra Mundial. Como argumentou recentemente o primeiro-ministro canadiano, Mark Carney, tem havido uma rutura nesta ordem baseada em regras na última década, e o mundo parece estar a caminhar para uma nova ordem mundial. Se esta nova ordem se concretizar no mundo onde “a força faz o direito”, idealizado por Donald Trump, ou se se desenvolver uma comunidade internacional forte, isso determinará o destino destas anomalias territoriais remanescentes do colonialismo. ●